



SIMPÓSIO DE INTEGRAÇÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

O QUE SE ENSINA SOBRE MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA? Uma análise de currículos de Licenciaturas do Distrito Federal

Augusta Rodrigues de Oliveira Zana¹

RESUMO: Diante da importância crescente da diversidade na educação, a reflexão sobre currículos de formação docente torna-se fundamental. Uma concepção ampla de inclusão demanda contemplar diferentes perspectivas para promover práticas educativas sensíveis às diversidades. Este trabalho objetiva analisar, por meio de pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, como as temáticas de gênero, sexualidade, relações étnico-raciais e deficiência têm sido abordadas nos currículos de cursos de Licenciatura do Instituto Federal de Brasília e da Universidade de Brasília. Os resultados evidenciam a escassez de discussões sobre gênero e sexualidade, a restrição da deficiência a componentes isolados e o contraponto entre a abordagem das relações étnico-raciais por meio de componentes obrigatórios ou de modo transversal. As presenças e lacunas apontam para reestruturações em direção a propostas formativas mais inclusivas.

Palavras-chave: Formação de professores; Marcadores sociais da diferença; Currículo; Educação inclusiva.

ABSTRACT: Given the growing importance of diversity in education, reflecting on teacher education curricula becomes fundamental. A broad conception of inclusion requires embracing different perspectives in order to foster educational practices sensitive to diversities. This study aims to analyze, through descriptive research with a qualitative approach, how the themes of gender, sexuality, race relations, and disability have been addressed in the curricula of undergraduate teacher education programs at the Federal Institute of Brasília and the University of Brasília. The results highlight the scarcity of discussions on gender and sexuality, the confinement of disability to isolated components and the contrast between addressing race relations through mandatory components or in a transversal manner. The presences and gaps observed point to the need for curricular restructuring that supports more inclusive training proposals.

Keywords: Teacher education; Social markers of difference; Curriculum; Inclusive education.

Introdução

A reflexão sobre currículos de formação docente torna-se cada vez mais essencial na contemporaneidade, especialmente diante da necessidade de considerar marcadores sociais da

¹ Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) – Campus São Sebastião. Graduada em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP); mestre e doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); doutora em cotutela pela *Université de Paris (Recherches en Psychanalyse et Psychopathologie)*. E-mail de contato: augusta.zana@ifb.edu.br

diferença para a promoção de uma perspectiva inclusiva da educação. No campo das teorias curriculares, há uma diversidade de quadros teóricos, com novas perspectivas se abrindo no encontro com os Estudos Culturais e a consequente reconceitualização do debate em torno do currículo a partir de “novas fronteiras com a noção de diferença, as questões de poder e as narrativas identitárias, originando a diversidade teórica, sobretudo para o caso das teorias críticas e pós-críticas” (Pacheco; Pereira, 2007, p. 200).

Partindo do pressuposto de que nenhuma teoria é “neutra”, pois todas estão implicadas em relações de poder, a forma como essas relações são abordadas diferenciam as teorias tradicionais das teorias críticas e pós-críticas do currículo (Silva, 1999). Nesse contexto, a formação de professores tem sido interpelada pelas diferenças culturais no cotidiano escolar, em uma perspectiva de “se assumir as diferenças como vantagem pedagógica” (Candau, 2020, p. 30). Para a construção de uma concepção mais ampla de inclusão, a formação docente deve integrar debates sobre os marcadores sociais da diferença, como classe socioeconômica, gênero, sexualidade, relações étnico-raciais e deficiência, entre outros. Além disso, no bojo dessa discussão e considerando o currículo situado em relações de poder, é fundamental interrogar o que este inclui e o que exclui (Silva, 1999).

Por isso, este trabalho de pesquisa teve como objetivo geral analisar como as temáticas de gênero, sexualidade, relações étnico-raciais e deficiência têm sido abordadas nos currículos de Licenciaturas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) e da Universidade de Brasília (UnB). Os objetivos específicos foram:

- Analisar os currículos das Licenciaturas do Campus São Sebastião do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) e seus correspondentes na Universidade de Brasília (UnB);
- Identificar componentes obrigatórios que contemplem temáticas de gênero, sexualidade, relações étnico-raciais e deficiência;
- Especificar se, nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), essas temáticas aparecem em diversos componentes ou estão restritas a componentes específicos; ou, ainda, de maneira transversal;
- Comparar PPCs de Licenciaturas do IFB e da UnB no que se refere à inclusão de temáticas de gênero, sexualidade, relações étnico-raciais e deficiências.

Referencial Teórico

O referencial teórico escolhido para este trabalho se pautou em outro estudo, vinculado a esta pesquisa e intitulado “Como construir currículos inclusivos na formação inicial de professores?” (Zana, 2024). Tomado como referência as teorias *queer* e *crip*, problematiza-se aquilo que se produz como normativo no que diz respeito a gênero, sexualidade e capacidade. Vale lembrar que a teoria *queer*, surgida nos anos 1990, ressignifica o termo que originalmente significa “estranho” e “esquisito”, como orgulho e resistência política, articulando gênero e sexualidade como produzidos por representações discursivas (De Lauretis; Silva; Souza, 2021). A teoria *crip* faz referência a *cripple*, termo ofensivo às pessoas com deficiência, também como ressignificação política, questionando a (corpo)normatividade (McRuer, 2021). Ambas convergem ao problematizar categorias binárias e normas relacionadas a gênero, sexualidade e capacidade, enfatizando entrecruzamentos com outras formas de opressão, como racismo e clasismo (Mello, 2019).

Ao desdobrar essa discussão para o campo da educação, sustenta-se que trabalhar em uma perspectiva inclusiva implica interrogar a produção de supostos universais e os processos de invisibilização, que recaem sobre grupos historicamente subalternizados. Nesse sentido, para fundamentar as investigações com foco no objetivo geral do presente estudo, recorre-se aos PPCs de Licenciaturas do IFB e da UnB e aos estudos de autores como Paraíso e Caldeira (2021), Veras *et al.* (2021) e Silva, Lodi e Barbieri (2015), que ensejam a percepção de que falar de marcadores sociais da diferença deve ser um compromisso coletivo de todos nós, docentes.

Fato é que, para a construção de uma concepção mais ampla de inclusão, a formação de professores precisa abordar questões relacionadas à diversidade, considerando uma multiplicidade de diferenças (gênero, sexualidade, relações étnico raciais, deficiência, entre outras). Soma-se, também, que uma série de diretrizes apontam no sentido de que a formação de professores precisa se expandir para além do aspecto técnico e instrumental, a fim de abordar questões relacionadas à diversidade cultural, justiça social e equidade educacional. No entanto, esses processos formativos “em geral, se limitam a uma capacitação marcadamente técnica, com vistas a garantir uma ‘preparação’ para o mercado de trabalho, quando deveria estrategicamente se propor a uma formação mais humana e política” (Lima, 2012, p. 98).

Essa limitação “a uma capacitação marcadamente técnica”, à qual se refere Lima (2012, p. 98), diz respeito ao currículo, que, produzido no interior de relações de poder, ao selecionar o que será incluído – e, conseqüentemente, o que fica excluído –, valida determinados saberes e invisibiliza outros. Em outras palavras, na construção do currículo, não apenas saberes são incluídos e excluídos, mas também se produzem efeitos de subjetivação, pois,

“como qualquer prática cultural, o currículo nos constrói como sujeitos particulares, específicos. O discurso do currículo legitima ou deslegitima, incluindo ou excluindo sujeitos” (Colling, 2018, p. 57). Logo, os currículos da formação de professores podem contribuir para transformações ou, ao contrário, (re)produzir saberes articulados a partir de lugares de dominação, desconsiderando a pluralidade.

Paraíso e Caldeira (2021), em um livro com dezesseis capítulos de pesquisas sobre currículo, gênero e sexualidade, destacam o lento percurso para a incorporação de discussões sobre gênero e sexualidade nos estudos sobre o campo curricular no Brasil. Sustentar a importância sobre a problematização das hierarquizações de gênero e sexualidade nos currículos, como proposto pelas autoras, implica considerar que a identidade masculina, branca e heterossexual é tomada como referência nas instituições educacionais, de modo que “a contínua afirmação e reafirmação desse lugar privilegiado nos faz acreditar em sua universalidade e permanência” (Louro, 2013, p. 46).

No campo das relações étnico-raciais, um estudo sobre o currículo dos cursos de Licenciatura da Universidade Federal da Bahia (UFBA) observou que o maior número de componentes voltados à temática encontrava-se no curso de História, enquanto a menor oferta marcava os cursos de Ciências Biológicas, Computação, Matemática e Química (Veras *et al.*, 2021). Embora tenha identificado ênfase no contexto histórico de formação do Brasil, o trabalho destaca a presença de termos como “Europa”, “conquista”, “escravo”, que “evidenciam que há uma concentração de temas e referências bibliográficas do Norte e não no Sul global” (Veras *et al.*, 2021, p. 208).

Por sua vez, na perspectiva de deficiência e inclusão, Silva, Lodi e Barbieri (2015) analisaram os currículos dos cursos de Licenciatura oferecidos pela Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (FFCLRP/USP), com o objetivo de identificar conteúdos programáticos e/ou temáticas relacionadas à inclusão, educação inclusiva, educação de surdos e educação especial. Os resultados evidenciaram o reduzido número de componentes, abordando o tema inclusão/educação inclusiva, bem como reduzida articulação do conceito de inclusão e suas repercussões para as práticas pedagógicas. Os aspectos relativos à educação para a diversidade faziam-se presentes apenas nos componentes “Introdução à Língua Brasileira de Sinais” e “Fundamentos de Educação Especial”. Porém,

[...] não se pode deixar de dizer que pelos princípios da educação inclusiva, esta não pode ser reduzida, unicamente, à inclusão de alunos da educação especial e/ou de surdos, mas sim considerar a diversidade sociocultural e linguística constitutiva da sociedade brasileira. Nesse sentido, os dados analisados até aqui apontam para a falta de

disciplinas que trabalhem na perspectiva inclusiva, logo, que discutam as particularidades educacionais de todos os alunos, apontando, assim, para uma fragilidade na formação que vem sendo oferecida aos futuros professores com relação a esse aspecto (Silva; Lodi; Barbieri, 2015, p. 730-731).

Assim, os três trabalhos apresentados, abordando distintos recortes (gênero e sexualidade, relações étnico-raciais e deficiência), evidenciam a importância da discussão sobre diversidade nos currículos de formação de professores, indicando que neles ainda se mostra insuficiente a inclusão de tais temáticas. Além disso, direcionam para a importância de uma análise qualitativa no sentido de discutir como está acontecendo a inclusão de tais temas nos currículos.

Método

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa, que privilegia a compreensão de um universo de significados (Minayo, 2008) e focaliza a realidade de maneira complexa e contextualizada (Lakatos; Marconi, 2019).

Nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), foram identificados componentes curriculares obrigatórios, que abordam as temáticas de gênero, sexualidade, relações étnico-raciais e deficiência. Uma vez identificados esses componentes, tratou-se de analisar como as referidas temáticas aparecem neles, ou seja, se ficam restritas a componentes específicos ou se são contempladas em uma perspectiva mais ampla por meio de um maior número de componentes e/ou de maneira transversal. Por fim, foi realizado um estudo comparativo de Projetos Pedagógicos de Cursos de Licenciaturas do IFB e da UnB no que se refere às temáticas elencadas.

A pesquisa documental delineou-se, então, por meio da análise de currículos prescritos de Licenciaturas do IFB e da UnB, articulada à pesquisa bibliográfica, de maneira a possibilitar uma compreensão contextualizada. Para isso, partiu-se da dimensão de construção social de currículos, proposta por Goodson (2007), e de sua produção inscrita em relações de poder, como destaca Silva (1999), aliadas aos métodos de análise interpretativo e comparativo, a fim de investigar as informações em seu contexto.

Resultados e Discussão

No Campus São Sebastião do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) são ofertadas as Licenciaturas em Pedagogia e Letras-Língua Portuguesa. Foram analisados os seus Projetos Pedagógicos de Curso e seus correspondentes na Universidade de Brasília (UnB). Todos os cursos investigados são presenciais e diurnos.

Para análise e discussão, partiu-se da concordância com Moreira e Candau (2008, p. 7) ao abordarem a necessária perspectiva na educação como um “posicionamento claro a favor da luta contra a opressão e a discriminação a que certos grupos minoritários têm, historicamente, sido submetidos por grupos mais poderosos e privilegiados”.

Pedagogia

O Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia (Diurno) da Universidade de Brasília (UnB) define como objetivo geral a formação do profissional “com compromisso ético e inclusivo, responsabilidade social e histórica, reconhecedor da diversidade humana, cultural, política, religiosa, étnico-racial e de gênero” (UnB, 2018, p. 35).

Ao contrário da UnB, o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia do IFB, Campus São Sebastião, não menciona explicitamente “diversidade” e “inclusão” em seu objetivo geral, mas nos objetivos específicos: “Habilitar profissionais para o trabalho frente aos desafios de uma educação inclusiva, que considere as diversidades étnico-raciais, culturais, diferenças sociais e de credos” (IFB, 2016a, p. 19). Essa preocupação é reforçada no perfil profissional do egresso, que cita: “[...] demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras” (IFB, 2016a, p. 21).

No que se refere à concepção de inclusão, esta aparece de maneira mais ampla – ou seja, não se restringindo à deficiência – no componente optativo “Gênero e Educação” do PPC da UnB; porém, é colocada entre aspas: “[...] estudar e discutir as relações vigentes nas escolas buscando uma perspectiva ‘inclusiva’ que aborde as questões de gênero, classe, etnia/raça e geração” (UnB, 2018, p. 89). À exceção desse componente, a concepção de inclusão aparece predominantemente associada à deficiência, sendo destacados os componentes obrigatórios “Escolarização de Surdos – Libras” e “Educação Inclusiva I”.

O primeiro componente propõe a caracterização das filosofias educacionais para estudantes surdos bem como a “interface entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e seus desdobramentos sobre aquisição de linguagem, diferenças culturais, linguísticas e identitárias” (UnB, 2018, p. 74). Já o segundo contextualiza o âmbito histórico, sócio-político e cultural ao propor uma “formação docente do profissional de educação e seu papel frente à diversidade e a diferença”, destacando-se também a fundamentação legal sobre as políticas educacionais de modo

a promover “premissas educacionais, programas e sistemas de apoio para as pessoas com deficiência, reconhecidas a partir da esfera dos direitos humanos” (UnB, 2018, p. 74). No segundo componente mencionam-se ainda “estudo dos aspectos interdisciplinares entre os campos de saúde e educação” (UnB, 2018, p. 71).

Por outro lado, em outros momentos do Projeto Pedagógico da UnB, que abordam marcadores sociais da diferença, não é contemplada a discussão sobre deficiência. Tais marcadores aparecem nos componentes obrigatórios “Educação de Jovens, Adultos e Idosos” ao se destacar a “diversidade dos (as) educandos (as): gerações, étnico/racial, gênero, territorial etc.” (UnB, 2018, p. 75); e, também, no “Ensino de História, Identidade e Cidadania” ao abordar “Currículo, Educação das Relações Étnico-raciais, Gênero e relações de poder em sala de aula” (UnB, 2018, p. 78). Ou seja, quando se contemplam marcadores sociais da diferença, deficiência não está presente entre eles.

Portanto, no PPC da UnB a concepção de inclusão aparece predominantemente associada à deficiência. Já o PPC do IFB, em seu conjunto, revela uma compreensão mais ampla sobre inclusão, mas ainda com certa separação entre deficiência, por um lado, e marcadores sociais da diferença, por outro. O componente obrigatório “Educação Especial e Inclusão” aborda a “constituição da Educação Especial e as propostas de escolarização das pessoas com deficiência, em diferentes momentos históricos”, bem como problematiza a “produção social da normalidade e da anormalidade” (IFB, 2016a, p. 61). Por sua vez, o componente “Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais (Libras)” introduz a temática da cultura surda e “o papel da Libras na formação de um licenciado em Pedagogia: desafios e avanços na construção da educação inclusiva”, bem como a importância do “rompimento das barreiras atitudinais” (IFB, 2016a, p. 45).

No que se refere à perspectiva das relações étnico-raciais, enquanto no PPC da UnB a discussão se desdobra no componente optativo “Educação das relações étnico-raciais”, no PPC do IFB a temática é abordada de maneira bastante aprofundada no componente obrigatório “Estudos afro-brasileiros”, que apresenta o continente africano em sua diversidade e o conceito de “Afro-Brasileiro”. Também são abordados os processos de “escravização e reconstruções históricas”, os Pan-africanismos (político, cultural e teórico) e a racialização e racismos cientificistas no Brasil; e, ainda, o movimento negro, “Trabalho, cultura e resistência negra no Brasil”, “Subalternidade e identidade negra no Brasil”, “Cultura africana, sincretismo e miscigenação” (IFB, 2016a, p. 53).

Com relação a gênero, embora o PPC da UnB destaque que “correspondendo ao histórico de um curso e uma profissão majoritariamente feminina, as mulheres correspondem a

maioria dos ingressantes, tanto no diurno quanto no noturno” (UnB, 2018, p 24-25), a temática não ocupa um componente obrigatório. O único componente dedicado especialmente ao tema é optativo, isto é, o já mencionado “Gênero e Educação”.

No PPC do IFB, evidencia-se uma concepção ampliada de inclusão, ultrapassando os componentes “específicos”, o que marca uma diferença importante quando comparado ao PPC da UnB. Observa-se a discussão em uma série de componentes obrigatórios, tais como:

- “Pedagogia da Educação Infantil”, com uma “abordagem crítica das diferenças de classe, idade, gênero, etnia, raça” (IFB, 2016a, p. 61);

- “Prática de Ensino 06 – Práticas recreativas e lúdicas” ao indicar “Jogos e brincadeiras como elementos formativos e inclusivos” e “Relações de gênero no brincar” (IFB, 2016a, p. 63);

- “Educação de Jovens e Adultos” com a “análise da educação de jovens e adultos como instrumento de inclusão social, considerando as formas de atuação dos docentes e a especificidade do trabalho com jovens e adultos” (IFB, 2016a, p. 66);

- “Prática de Ensino 08 – Coordenação Pedagógica”, ao abordar novas concepções sobre qualidade de ensino “garantir o amplo acesso à educação, superando as barreiras estabelecidas pelas dinâmicas de gênero, etnia, classe social ou por preconceitos/discriminações de qualquer natureza” (IFB, 2016a, p. 70).

Chama a atenção que “Pedagogia da Educação Infantil” proponha uma abordagem crítica de marcadores sociais da diferença, assim como é notável a preocupação com a temática nas Práticas de Ensino, seja por meio da discussão de relações de gênero em “Práticas recreativas e lúdicas”, seja pelo compromisso com a superação de barreiras produzidas por marcadores sociais da diferença em “Coordenação Pedagógica”.

Letras – Língua Portuguesa

Quanto aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de Letras – Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectiva Literatura (Diurno), da Universidade de Brasília (UnB), e de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), do Campus São Sebastião, destaca-se a abordagem da formação de professores de maneira contextualizada e com foco na transformação social.

Essa orientação para a transformação da realidade é relacionada, no PPC de Letras da UnB, à temática da diversidade, especificando-se a importância de uma perspectiva inclusiva, de afirmação dos direitos humanos e da democracia. Articulada a essa abordagem, o PPC

aborda explicitamente a inspiração em perspectivas críticas da colonialidade. Já nos objetivos específicos, destaca-se a importância de uma contextualização da escola a partir de uma orientação decolonial, a fim de “desenvolver a compreensão da escola como espaço social e diverso, sensível à história e às culturas locais, focalizando a formulação de novos fazeres e saberes científicos de modo engajado na práxis decolonial do Sul-Global” (UnB, [s.d.], p. 5).

Por sua vez, a perspectiva de formação dos estudantes para acolhimento e valorização da diversidade aparece ao se afirmar a concepção do curso voltada para “não só reconhecer a diversidade sócio/intercultural/literária, mas [...] valorizar o outro (bem como suas identidades e suas ideologias), primando, em especial, por ações concretas que implementem políticas de inclusão social e de políticas de diferenças” (UnB, [s.d.], p. 7). Interessante observar que nesse tópico aparece uma concepção ampliada de inclusão ao trazer a ênfase para as identidades, de tal maneira que a concepção não aparece vinculada apenas à deficiência.

Se é bastante pertinente essa perspectiva ampliada de inclusão, a temática da deficiência, contudo, não recebe o devido destaque no PPC de Letras da UnB, que menciona a oferta de um único componente curricular: “Libras – Básico”, na modalidade obrigatória. Em contraste, o PPC de Letras do IFB (2016b) define dois componentes obrigatórios de Língua Brasileira de Sinais (Libras). O componente curricular “Libras 1” aborda o seu papel na formação do licenciado e a importância do rompimento das barreiras atitudinais, além de introduzir a temática da cultura surda. Já o componente “Libras 2” contempla aspectos específicos da Linguística (Morfologia, Fonologia, Sintaxe e Semântica da Libras) e amplia a discussão para a contextualização histórica do Sujeito Surdo e de Literatura Surda.

A temática da diversidade também aparece em componentes curriculares obrigatórios do PPC de Letras do IFB como: “Cultura e Sociedade”, que articula escola e diversidade cultural; e “Educação para a diversidade na área específica”, que contempla uma concepção ampla do papel docente para a diversidade “racial e étnica, de gênero, idade, física (pessoas com deficiência) e espacial (o ensino para além dos espaços urbanos)”, bem como a “abordagem histórica da construção das categorias raça, mulher, deficiente, velho e rural” (IFB, 2016b, p. 54). Além disso, o componente curricular articula a discussão sobre diversidade às temáticas de representação social e identidade, bem como ao contexto mais amplo de democracia e políticas públicas.

Por sua vez, as relações étnico-raciais são abordadas em componentes curriculares obrigatórios do PPC de Letras do IFB, como “História da Língua Portuguesa”, que contempla “a contribuição lexical e o aporte estrutural das línguas indígenas e africanas” (IFB, 2016b, p.

43), e “Cultura Afro-brasileira”, que aborda os processos de escravização, racialização e racismos no Brasil, somados à discussão da subalternidade e identidade negra no Brasil. Também são apresentadas reconstruções históricas, como os pan-africanismos, movimento negro, cultura e resistência negra no Brasil.

Portanto, o PPC de Letras do IFB caracteriza-se por abordar marcadores sociais da diferença em uma série de componentes curriculares obrigatórios. Já o PPC de Letras da UnB é marcado pela preocupação com a transversalidade no que diz respeito à essas temáticas. Com relação à metodologia de ensino e aos eixos transversais no currículo, as reflexões transversais são definidas “incluindo as temáticas socialmente referenciadas em relação a uma educação antirracista, anticapacitista e antissexista, com atenção ao eixo da justiça socioambiental” (UnB, [s.d.], p. 23). Especifica-se que esses eixos são abordados em disciplinas optativas e transversalmente em componentes curriculares das áreas de Língua/Linguística e de Literatura.

Dentre os marcadores sociais da diferença, a temática que aparece mais explicitamente contemplada no PPC da UnB é a das relações étnico-raciais, destacando-se disciplinas optativas como “Sociolinguística do Português do Brasil”, que aborda o contexto sociohistórico afro-indígena. Percebe-se também a importância da temática das relações étnico-raciais articulada à perspectiva crítica da colonialidade e dos estudos críticos do discurso.

No que se refere a gênero e sexualidade, embora se afirme o compromisso com a educação antissexista, não há outras menções ao tema no PPC de Letras da UnB. No caso do PPC de Letras do IFB, a temática aparece no componente “Educação para a diversidade na área específica” ao abordar a construção da “categoria mulher”, conforme foi mencionado. Ainda assim, revela-se como a temática menos presente nos PPCs de Letras do IFB e da UnB quando comparada à discussão sobre relações étnico-raciais e deficiência.

Conclusão

Os três recortes apresentados nesta pesquisa – gênero, relações étnico-raciais e deficiência – evidenciam a importância da discussão sobre diversidade nos currículos de formação de professores, corroborando que neles ainda se mostra insuficiente a inclusão de tais temáticas. Além disso, apontam para a importância de uma análise qualitativa no sentido de discutir como está acontecendo a inclusão de tais temas nos currículos.

A análise dos PPCs por ora apresentados revela que a temática da deficiência poderia ser abordada com maior ênfase na formação de professores. Os PPCs de Letras do IFB e da

UnB apresentam a Língua Brasileira de Sinais (Libras), mas não oferecem componentes obrigatórios voltados à educação inclusiva. Quanto aos PPCs de Pedagogia do IFB e da UnB, existem componentes obrigatórios dedicados à perspectiva da educação inclusiva, porém, a discussão está ainda muito circunscrita a componentes isolados e “específicos” do tema em questão. Algo, inclusive, que já havia sido problematizado por Silva, Lodi e Barbieri (2015), que constataram não apenas a restrição da abordagem da deficiência em disciplinas específicas, mas também a ausência de componentes que trabalhem em uma perspectiva inclusiva.

Além disso, os componentes obrigatórios que abordam deficiência, tanto do IFB quanto da UnB, não enfatizam o entrecruzamento com outros marcadores sociais da diferença, como gênero e relações étnico-raciais. A única exceção é o componente obrigatório “Educação para a diversidade na área específica” (Letras – IFB), que aborda diversidade “racial e étnica, de gênero, idade, física (pessoas com deficiência) e espacial (o ensino para além dos espaços urbanos)” (IFB, 2016b, p. 54).

Observa-se ainda que a temática das relações étnico-raciais é abordada, nos PPCs de ambas as Licenciaturas do IFB, por meio de componentes obrigatórios. Já na UnB, o PPC de Pedagogia aborda a temática em componentes optativos e o de Letras de modo transversal e articulado à crítica da colonialidade – sendo o único, dentre todos os PPCs analisados, que aborda explicitamente a inspiração em perspectivas críticas da colonialidade. A concepção de transversalidade mostra-se, por um lado, relevante ao destacar que discussões sobre marcadores sociais da diferença devem perpassar diversos componentes curriculares. No entanto, suscita-se a preocupação de que, ao se prescindir de componentes específicos voltados a essas temáticas, a transversalidade acabe se tornando um recurso retórico, diluindo a abordagem efetiva dos conteúdos e comprometendo sua presença sistemática na formação docente.

A discussão sobre gênero e sexualidade, por sua vez, revela-se como a menos presente nos PPCs de ambas as Licenciaturas, tanto do IFB e da UnB, o que corrobora a afirmação de Paraíso e Caldeira (2021) sobre o lento percurso para incorporação das discussões sobre gênero e sexualidade nos estudos sobre o campo curricular no Brasil.

É importante destacar que a presente pesquisa se limitou à análise dos documentos oficiais. Seria interessante abordar, em futuras pesquisas, como os PPCs vêm se desenvolvendo concretamente no cotidiano da sala de aula. Isso permitiria observar como gênero, relações étnico-raciais e deficiência vêm sendo trabalhados nos currículos de formação de professores, o que é fundamental para a promoção de práticas educativas mais inclusivas e sensíveis à diversidade. A análise dos documentos oficiais, no entanto, já revela muito por suas presenças e, principalmente, ausências. Estas evidenciam um silenciamento sobre temas fundamentais para

a promoção de uma perspectiva inclusiva da educação, lembrando que o currículo, ao selecionar o que será incluído – e, conseqüentemente, o que fica excluído – valida determinados saberes e invisibiliza outros.

As discussões sobre marcadores sociais da diferença não podem se limitar a componentes curriculares específicos (ou seja, àqueles destinados “especificamente” a abordar deficiência, gênero, relações étnico-raciais), mas precisam atravessar todo o percurso formativo. Todavia, isso não significa abrir mão de espaços específicos de discussão, pois atribuir exclusivamente à transversalidade a responsabilidade por contemplar essas temáticas, sem a garantia de espaços estruturados de discussão, pode diluir a efetividade do tão necessário enfrentamento de desigualdades estruturais.

Sustenta-se, assim, a necessidade de reestruturações curriculares para que, na formação de professores, a discussão sobre marcadores sociais da diferença ultrapasse as fronteiras dos componentes “específicos”. Afinal, seria possível vislumbrar um futuro em que tal discussão figurasse de maneira explícita na ementa de cada componente curricular obrigatório nos currículos de formação de professores? Porque, se a ementa de um componente curricular – qualquer que seja este componente – silencia sobre tais marcadores, está reproduzindo os mesmos conhecimentos historicamente produzidos a partir de lugares de dominação. Por consequência, a ausência dessas temáticas não configura neutralidade, mas reforça perspectivas hegemônicas, que seguem sendo tomadas como parâmetro de uma suposta universalidade que, na realidade, nada tem de universal.

Referências Bibliográficas

CANDAU, V. M. Didática, Interculturalidade e Formação de professores: desafios atuais. **Revista Cocar**, Belém, Edição Especial, n. 8, p. 28-44, jan.-abr./2020. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3045>. Acesso em: 18 mai. 2023.

COLLING, A. M. Relações de poder e gênero na formação de professor@s. **Didáticas Específicas**, Madrid, n. 1, p. 48-61, jan. 2018. Disponível em: <https://revistas.uam.es/didacticasespecificas/article/view/9212>. Acesso em: 17 mai. 2021.

DE LAURETIS, T.; SILVA, G. B. V. da; SOUZA, L. L. de. Gênero e teoria Queer. **Albuquerque: Revista de História, Aquidauana**, v. 13, n. 26, p. 165-176, 28 dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHs/article/view/12446>. Acesso em: 18 mai. 2023.

GOODSON, I. Currículo, narrativa e o futuro social. **Revista Brasileira de Educação** [online], v. 12, n. 35, p. 241-252, maio 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/FgNMHdw8NpyrqLPpD4Sjmkq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 mai. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia**. Brasília, DF: IFB, 2016a. 97p. Disponível em: https://www.ifb.edu.br/attachments/article/10765/PPC_Licenciatura%20em%20Pedagogia.pdf. Acesso em: 3 abr. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa**. Brasília, DF: IFB, 2016b. 83p. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/index.php/estude-no-ifb?id=6435>. Acesso em: 27 fev. 2025.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed., São Paulo: Atlas, 2019.

LIMA, T. L. **Currículo, gênero e formação**: uma compreensão densa da proposta curricular do Curso de Bacharelado em Gênero e Diversidade da UFBA e suas implicações nas experiências formativas. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/21113>. Acesso em: 27 fev. 2025.

LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade. O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. *In*: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 43-53.

MCRUER, R. Aleijando as políticas queer, ou os perigos do neoliberalismo. **Educação em Análise**, Londrina, v. 6, n. 1, p. 105-119, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/educanalise/article/view/42319>. Acesso em: 3 abr. 2024.

MELLO, A. G. Politizar a deficiência, aleijar o queer: algumas notas sobre a produção da hashtag #ÉCapacitismoQuando no Facebook. *In*: PRATA, N.; PESSOA, S. (orgs.). **Desigualdades, gêneros e comunicação**. São Paulo: Intercom, 2019. p. 125-142.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. de S.; GOMES, S. F. D. R. (orgs.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 9-29.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Introdução. *In*: MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. (org.). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 7-12.

PACHECO, J. A.; PEREIRA, N. Estudos Curriculares: das teorias aos projetos de escola. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, 2007, n. 45, p. 197-221. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/m4k387MDxgC3ytSjPHVT7LD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 fev. 2024.

PARAÍSO, M. A.; CALDEIRA, M. C. S. Currículos, gêneros e sexualidades para fazer a diferença. *In*: PARAÍSO, M. A.; CALDEIRA, M. C. S. (orgs.). **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza, 2021.

SILVA, H. R. C. R.; LODI, A. C. B.; BARBIERI, B. C. Cursos de licenciatura: a formação de professores para atuação na perspectiva da educação para a diversidade. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. esp.1, p. 719-740, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7925>. Acesso em: 11 maio. 2023.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 156 p.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia – Pedagogia (Diurno)**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2018. 178 p. Disponível em: https://www.fe.unb.br/images/Graduacao/Presencial/docs/PPP_PEDAGOGIA_DIURNO_05_07_2018_versao_final.pdf . Acesso em: 3 abr. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Projeto Pedagógico do Curso de Letras – Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectiva Literatura (Diurno)**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, Instituto de Letras, [s.d.], 33p. Disponível em: http://www.il.UnB.br/images/PPCs/Projeto_Pedaggico_do_Curso_de_Letras_Diurno.pdf. Acesso em: 27 fev. 2025.

VERAS, R. *et al.* A inserção da educação para as relações étnico-raciais nos cursos de licenciatura da UFBA. **New Trends in Qualitative Research**, Oliveira de Azeméis, v. 7, p. 200-210, 2021. Disponível em: <https://publi.ludomedia.org/index.php/ntqr/article/view/320>. Acesso em: 15 mai. 2023.

ZANA, A. R. O. Como construir currículos inclusivos na formação inicial de professores? *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero contra o fim do mundo: antifascismo, anticolonialismo e justiça climática, 13, 2024, Florianópolis. **Anais [...]**. Disponível em: <https://www.fg2024.eventos.dype.com.br/anais/trabalhos/lista>. Acesso em: 27 fev. 2025.